

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.007 - PE (2018/0281692-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : **QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S/A**  
**ADVOGADOS** : **CAIO DRUSO DE CASTRO PENALVA VITA - BA014133**  
**RODRIGO VERAS SOBRAL - PE025422**  
**RENATA SOUSA DE CASTRO VITA - BA024308**  
**RECORRIDO** : **SOLANGE DE MELO SCHREIBER**  
**ADVOGADOS** : **KARLA WANESSA BEZERRA GUERRA E OUTRO(S) - PE026304**  
**JOSEFA RENE SANTOS PATRIOTA - PE028318**  
**KEYLA DANIELY DOS SANTOS BEZERRA GUERRA - PE027536**  
**WILSON BARROS DE ARAUJO NETO - PE043547**  
**INTERES.** : **SUL AMÉRICA SEGUROS GERAIS S/A**  
**ADVOGADOS** : **TICIANA SCARAVELLI FREIRE E OUTRO(S) - SP273404**  
**EDUARDO WANDERLEY BEZERRA E SILVA - PE030282**

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial, interposto por **QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S/A**, com fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, assim ementado (fl. 439, e-STJ):

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PLEITO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE JUNTADA DE COMPROVANTE DE DEPÓSITO DE PARTE DAS PRESTAÇÕES SUCESSIVAS. DECISÃO SURPRESA. PARTE AUTORA NÃO INTIMADA PARA SE PRONUNCIAR SOBRE A QUESTÃO. DESPACHO EM SEGUNDO GRAU QUE DETERMINOU A JUNTADA EXTEMPORÂNEA DE COMPROVANTES DE DEPÓSITO JUDICIAL. POSSIBILIDADE. VÍCIO SANÁVEL. PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL. POSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA EM ÂMBITO RECURSAL. AGRAVO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Parte autora que não foi intimada para se pronunciar acerca de petição da parte ré, na qual se informa acerca da suposta ausência de depósito judicial das mensalidades referentes aos meses de abril a julho de 2015. Sentença que julgou improcedente o pleito consignatório com base na ausência de tais comprovante de depósito. 2. Antes de julgar improcedentes os pedidos, deveria o juízo *a quo* oportunizar à parte autora prazo para comprovar a realização dos referidos depósitos no prazo do art. 541 do CPC/ 2015, antigo art. 892 do CPC/73, em atenção ao princípio do contraditório consagrado na regra geral do art. 10 do CPC/ 2015. 3. Em que pese tal providência não ter sido tomada na instância originária, nada obsta que tal seja feito na instância recursal, tratando-se de vício sanável, em atenção a princípios basilares da atual sistemática processual brasileira, tais como o da instrumentalidade das formas, aproveitamento dos atos processuais e o da celeridade processual. 4.

Ademais, a possibilidade de produção de provas no âmbito recursal foi expressamente consagrada no atual Código de Processo Civil, pelo qual o relator, reconhecendo tal necessidade pode converter o julgamento em diligência, conforme o art. 938, § 3º do referido diploma. 5. Agravo não provido. Decisão unânime.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem (fls. 511-519, e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 536-549, e-STJ), a recorrente aponta violação dos arts. 435, parágrafo único, 541, *caput*, 932, parágrafo único e 1.022 do CPC/15. Sustenta, em síntese, a impossibilidade de comprovação extemporânea dos depósitos das prestações sucessivas em ação de consignatória.

Contrarrazões às fls. 579-585, e-STJ, e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 633, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

O recurso **não** merece prosperar.

1. Não restou configurada a negativa de prestação jurisdicional. Conforme a iterativa jurisprudência deste Tribunal superior, não ocorre violação ao artigo 1.022 do CPC/15, quando "o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional" (AgInt no AREsp 794.406/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 28/08/2017).

No mesmo sentido, vejam-se, a título de exemplo: AgInt no RE nos EDcl nos EDcl nos EAR 513/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 29/03/2017, DJe 25/04/2017; AgInt no AREsp 1053808/PE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 25/08/2017; AgInt no REsp 1550044/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 31/08/2017; AgRg no Resp 1249360/AM, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 01/09/2017.

Alega a insurgente que o acórdão impugnado restou omissos acerca da tese de preclusão do direito de juntar os documentos comprobatórios da ação de consignação em pagamento. Verifica-se, conforme os trechos a seguir citados, que o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco decidiu de modo fundamentado as questões essenciais ao deslinde da controvérsia.

Afasta-se, portanto, a alegada violação ao artigo 1.022 do CPC/15.

2. A controvérsia posta restringe-se em saber se há possibilidade da comprovação a destempo dos depósitos referentes as prestações em ação de consignação em pagamento.

No particular, o Tribunal local assim concluiu:

Cinge-se a questão à possibilidade de comprovação extemporânea dos depósitos das prestações sucessivas em ação de consignação em pagamento.

No caso sob análise, à fl. 26, conforme relatado, foi deferida medida antecipatória no sentido de deferir a consignação das prestações sucessivas

referentes às mensalidades do plano de saúde da parte autora.

Posteriormente, entendendo que a parte autora não havia demonstrado os depósitos referentes aos meses de abril, maio e junho de 2015, o juízo a quo julgou improcedente o pedido.

Ocorre que, antes de julgar improcedentes os pedidos, deveria o juízo *a quo* oportunizar à parte autora prazo para comprovar a realização dos referidos depósitos no prazo do art. 541 do CPC/ 2015, antigo art. 892 do CPC/1973, a fim de esclarecer se o caso era de completa ausência dos depósitos ou de deficiência da comprovação destes.

Ao invés disso, o juízo *a quo* julgou improcedente o pedido autoral em verdadeira prolação de "decisão surpresa", a qual é expressamente vedada na sistemática do atual Código de Processo Civil sob a égide do qual foi proferida a sentença de fls. 219/221. É o que se depreende do art. 10 do CPC/ 2015:

Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

**In casu, em momento algum a parte autora foi intimada para se pronunciar acerca da petição de fls. 100/105, na qual a parte ré informa a suposta ausência de depósito judicial das mensalidades referentes aos meses de abril a julho de 2015. Tal petição apenas foi protocolada em 12 de agosto de 2015 (fl. 100), quando o prazo para réplica da parte autora já havia começado a correr, mais especificamente, desde 07 de agosto de 2015 (fl. 99).**

Dessa forma, para julgar a ação unicamente com base na suposta ausência de depósitos dos meses de abril, maio e junho de 2015, como ocorreu no caso sob análise, deveria antes ter sido oportunizado à parte autora prazo para se pronunciar sobre a questão, em atenção ao princípio do contraditório consagrado na regra geral do art. 10 do CPC/2015.

Pois bem.

Em que pese tal providência não ter sido tomada na instância originária, nada obsta que tal seja feito na instância recursal, em atenção a princípios basilares da atual sistemática processual brasileira, tais como o da instrumentalidade das formas, aproveitamento dos atos processuais e o da celeridade processual, tendo em vista que o trânsito em julgado da sentença vergastada nos termos em que foi prolatada apenas ensejaria a propositura de uma nova ação com o mesmo conteúdo desta.

Frise-se ainda que não foi dada à parte a oportunidade para efetuar o próprio pagamento fora do prazo do art. 541 do CPC/ 2015, mas, unicamente, para juntar comprovação de que o havia feito em tempo pretérito no prazo supracitado.

Em julgamento de caso semelhante ao presente, este Egrégio Tribunal de Justiça já entendeu, igualmente, pela possibilidade de juntada extemporânea dos comprovantes de depósito judicial. Confira-se:

PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. COMPROVANTE DE DEPÓSITO APRESENTADO EXTEMPORANEAMENTE. POSSIBILIDADE DE DAR REGULAR ANDAMENTO AO FEITO.

PRINCÍPIOS DA CELERIDADE, ECONOMIA PROCESSUAL, INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS E APROVEITAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE ESTADUAL. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ AFASTADA. SENTENÇA ANULADA. APELAÇÃO PROVIDA. 1. Ainda que os comprovantes de depósito somente tenham sido apresentados após a sentença que extinguiu o feito sem julgamento de mérito, cabe ao magistrado, prestigiando os princípios da instrumentalidade das formas e aproveitamento dos atos processuais, permitir o regular processamento da ação consignatória. Precedentes do C. STJ e deste E. TJPE. 2. In casu, considerando se tratar de irregularidade sanável (a não apresentação dos comprovantes de depósito), deveria o magistrado de piso ter intimado os Autores para apresentar tais documentos, até como forma de evitar a repositura de ação com conteúdo idêntico, o que somente atrasaria a resolução do litúgio. 3. Considerando a conclusão deste órgão julgador pela anulação da sentença hostilizada, consequência lógica é a anulação da multa aplicada no juízo de origem por embargos de manifesto cunho protelatório. 4. Apelação provida e sentença anulada, determinando-se o retomo dos autos à instância de origem, a fim de dar regular andamento ao feito. (TJPE. Apelação 375475-4 Relator(a): Roberto da Silva Mais. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Data do Julgamento: 10/11/2015. Data da Publicação/Fonte: 10/12/2015)

**Ademais, frise-se que a possibilidade de produção de provas no âmbito recursal foi expressamente consagrada no atual Código de Processo Civil, pelo qual o relator, reconhecendo tal necessidade pode converter o julgamento em diligência, conforme o art. 938, §3º do referido diploma. (fls.441-443, e-STJ) [Grifou-se]**

No ponto, verifica-se que o Tribunal *a quo* pautou-se nos fundamentos da **vedação a decisão surpresa, bem assim a oportunidade de produção provas no âmbito recursal**, denota-se das razões recursais que o insurgente limitou-se a refutar a impossibilidade de concessão de prazo para complementação da documentação exigível, deixando de impugnar os demais fundamentos do acórdão recorrido, os quais são suficientes para manter o *decisum*, atraindo o óbice da Súmula n. 283 do STF, a saber:

Súmula n. 283 - É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. REPETIÇÃO INDÉBITO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283 DO STF. CONFIGURAÇÃO DE DANO MORAL. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Não se viabiliza o recurso especial pela**

indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado. **2. O v. acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e o recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."** 3. A alteração da indenização por dano moral apenas é possível quando o quantum arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, não cabe examinar a justiça do valor fixado na indenização, uma vez que tal análise demanda incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1286261/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 24/08/2018). [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. ART. 273 DO CPC. REQUISITOS. ATENDIMENTO. SÚMULA 7/STJ. **PLANO DE SAÚDE. REAJUSTE DE 92%, POR MUDANÇA DA FAIXA ETÁRIA. ART. 15 DA LEI 9.656/98. FUNDAMENTAÇÃO NÃO IMPUGNADA. SÚMULA 283/STF. REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

1. O Tribunal local, deferindo o pedido de consignação dos valores referentes às mensalidades do plano de saúde, entendeu estarem presentes os requisitos autorizadores para antecipação da tutela pretendida, existindo o perigo de irreversibilidade, com base nos documentos acostados à inicial e na situação fática envolvendo a controvérsia. Incidência da Súmula 7/STJ. 2. A Segunda Seção consagra orientação de que "a previsão de reajuste de mensalidade de plano de saúde em decorrência da mudança de faixa etária de segurado idoso não configura, por si só, cláusula abusiva, devendo sua compatibilidade com a boa-fé objetiva e a equidade ser aferida em cada caso concreto". Entende, outrossim, que não pode, contudo, haver abuso, devendo o percentual de aumento ser adequado e razoável, e justificado atuarialmente, em razão da inserção do consumidor em nova faixa de risco. Precedentes. **3. A ausência de impugnação direta, inequívoca e efetiva ao fundamento do acórdão recorrido, que, por si só, é suficiente para a manutenção do acórdão, atrai a incidência, por analogia, da Súmula 283/STF.** 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 705.022/PA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 13/10/2015). [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. REEXAME DE PROVAS. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS NºS 283 E 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E NºS 7 E 211 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. 1. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo a Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal. 2. Estando as razões do recurso dissociadas do que decidido no acórdão recorrido, é inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação. Aplicação da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal. [...] 6. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 312.515/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/08/2014, DJe 02/09/2014) [grifou-se]

Desta forma, a existência de fundamento inatacado no acórdão recorrido faz incidir o teor da Súmula n. 283/STF, por analogia.

**3. Do exposto, nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator